



O CORPO NA RODA: DISCUTINDO O CUIDADO COM O CORPO COM ADOLESCENTES DE PETROLINA EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Juliana Sampaio¹
Daniel Henrique Pereira Espíndula²

Iniciando a conversa:

O presente relato tem como objetivo analisar as narrativas sobre o corpo produzidas por adolescentes do sexo feminino em rodas de conversas desenvolvidas em comunidades populares de Petrolina-PE. Busca-se, ainda, analisar as implicações desses discursos na relação de cuidado que elas desenvolvem com seus corpos, assim como evidenciar as contribuições de tais rodas de conversa para a construção coletiva de novos discursos que favoreçam a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Para o desenvolvimento deste ensaio, será no primeiro momento relatada a experiência das rodas de conversas e num segundo momento, descritas e analisadas as falas das adolescentes produzidas nas rodas. Por fim, serão apontadas as contribuições dessa metodologia para o trabalho com adolescentes no campo da saúde sexual e reprodutiva.

A experiência da Roda:

As rodas de conversa apoiam-se na proposta dos círculos de cultura de Paulo Freire (1970), a partir da qual, a roda é mais do que a disposição física (circular) dos participantes, mas uma postura ética frente à produção do conhecimento. Este é compreendido como uma produção social, a partir das negociações entre sujeitos críticos e reflexivos.

As rodas de conversas são, assim, dispositivos de construção dialógica que produzem conhecimentos coletivos e contextualizados. Nesta direção, foram desenvolvidas com adolescentes mulheres de Petrolina-PE rodas de conversas que favorecessem a produção de narrativas sobre sexualidade e cuidados com o corpo.

¹ Doutora em saúde coletiva, docente da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: julianasmp@hotmail.com

² Doutorando em Psicologia Social, docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: despindula@hotmail.com



Foram realizadas 70 rodas de conversas com adolescentes do sexo feminino, moradoras de quatro comunidades populares do município de Petrolina-PE, com idades entre 10 a 19 anos. A participação das adolescentes se deu em grupos em função da sua idade. Assim, foram desenvolvidos grupos com adolescentes entre 10 e 15 anos e grupos com adolescentes entre 16 e 19 anos. Cada roda teve duração média de 1h20min. e contou com cerca de 8 participantes. O projeto foi desenvolvido ao longo de 8 meses, sendo as rodas realizadas quinzenalmente em cada comunidade.

Todas as rodas de conversas foram pactuadas com as próprias adolescentes e desenvolvidas com a colaboração de Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Os encontros aconteceram em escolas, unidades de saúde ou CRAS dos bairros; em um bairro, especificamente, as rodas ocorreram num salão de uma igreja católica. Para atender as exigências éticas, foi solicitada de todas as participantes sua assinatura no termo de consentimento livre esclarecido ou de seu responsável para aquelas menores de 18 anos.

Nas conversas das rodas:

No desenrolar das rodas de conversas, ao sabor dos encontros e desencontros discursivos, as adolescentes puderam negociar saberes, dúvidas, medos e angústias. Assim, elas produziram novas falas, não de uma, nem de todas, mas da experiência dialógica coletiva. Para a interpretação dessas produções discursivas, foi realizada uma análise de conteúdo temática, a partir da proposta de Bardin (1994).

Como resultados desta análise foi possível observar o desconhecimento das meninas sobre o seu corpo fisiológico e sobre os prazeres por ele proporcionados. O desconhecimento é acompanhado pelo receio desse corpo sexualizado, que precisa ser escondido, normatizado e higienizado.

Considerando que este corpo é produto da ação discursiva, é importante salientar que a modernidade, como um conjunto discursivo, o transforma em objeto impuro, propenso aos pecados e aberto aos males e doenças, tornando-o alvo de controle e limpeza.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2007) discute o modo como as instituições modernas (escola, fábrica, hospital e a polícia) disciplinam os indivíduos, manipulando e controlando seus corpos. O poder atravessa os indivíduos, fazendo com que seus atos, gestos, desejos e discursos sejam subordinados aos interesses das instituições que operam os poderes hegemônicos.



O fim último do poder disciplinar é tornar o corpo humano útil e dócil para a sociedade, tendo como função construir uma massa ordenada, individualizada e unificada. A era moderna situa-se na lógica de um projeto de civilização baseada num conjunto de valores, tais como: racionalidade, individualismo, autonomia, desencantamento pelo mundo e universalidade, podendo ser entendida como uma oposição ao passado e um momento de expansão do saber e domínio sobre a natureza, numa lógica antinatural e polarizada entre social/natural; racional/emocional; moderno/tradicional (Giddens, 1991; Harvey, 1992; Laclau, 1990, Rodrigues, 2004). O mundo moderno desenvolveu, assim, novas tecnologias, normas e discursos que, através do processo de docilização dos corpos, são capazes de legitimar o seu controle.

Os discursos como dispositivos de poder são (Foucault, 1985), então, operados por poucos, e a partir deles relações de iniquidades de gênero podem se perpetuar através do desconhecimento das mulheres sobre seus próprios corpos. Nas rodas de conversas com as adolescentes de Petrolina, foi possível observar que as meninas não sabem como e por que menstruam, pois desconhecem o funcionamento do sistema reprodutor feminino. Consequentemente, elas relatam não saber por que sentem cólicas ou vivenciam a TPM. O desconhecimento do corpo em sua dimensão reprodutiva marca a impossibilidade da mulher compreender as alterações desse corpo-estranho e principalmente de operar sobre elas.

Ao longo da história o corpo feminino foi sendo construído e silenciado pelas diversas instituições sociais, tais como a família, igreja, fábricas e escolas. A partir das construções sociais sobre gênero e sexualidade são forjadas expectativas e aspirações que dão forma/sentido às experiências sexuais. Assim, tem sido produzida uma história da sexualidade, calcada sob rígidos valores morais e éticos, a partir de relações assimétricas entre os homens e mulheres.

Petchesky (1999) destaca que a utilização do termo sexualidade é relativamente recente. Os movimentos e ações internacionais até o ano de 1993 não faziam referência à esfera sexual dos sujeitos, focalizando apenas a dimensão reprodutiva das práticas sexuais, que conformavam as ações de controle do Estado.

O conceito de sexualidade extrapola a dimensão do ato sexual, referindo toda e qualquer sensação que supõe prazer, abrangendo um conjunto de fantasias e idéias que cada um constrói sobre si e para si, em função daquilo que supõe levar ao gozo (Vilela; Arilha, 2003).

Assim, a sexualidade se apóia tanto em sensações corporais, como nos discursos em torno dessas sensações e ainda nas normas impostas pela cultura de permissão ou interdição da experiência que provoca a sensação. Para Villela e Arilha (2003) as sensações são retiradas,



principalmente, dos sentidos mediados pela cultura em que cada um está inserido. É a cultura que propõe o que é, ou não, permitido nas relações sexuais, assim como, onde, como e quando elas são aceitáveis.

Neste contexto, as práticas sexuais são modeladas e naturalizadas, via instituições de controle (Foucault, 1992). Consequentemente, frente ao “big brother” que tudo vê e de tudo sabe, resta às adolescentes o medo de seus corpos (que já não são tão seus) denunciarem suas possíveis indisciplinaridades.

As jovens petrolinenses relatam o perigo dos corpos denunciam a perda da virgindade. Elas acreditam que a menina passa a ter outro jeito de andar depois da primeira relação sexual, e ratificam que o médico – representante de uma das mais fortes instituições normatizadoras de condutas na atualidade – tem como descobrir a partir do exame clínico que elas não são mais virgens.

O corpo desnudo frente ao outro controlador/normatizador deve ser fechado, individualizado, enclausurado. A dinâmica interna do corpo, composta por fluídos e hormônios passa a ser tabu, visto como algo sujo, impuro e pecaminoso (Elias, 1992).

As jovens de Petrolina vivenciam as transformações corporais solitariamente. Algumas dizem ter dificuldades de falar sobre a menstruação com suas próprias mães. Afonso (2001, apud Miguel; Toneli, 2007) aponta que os adolescentes têm como principais meios de informação acerca da sexualidade os amigos, revistas e livros. Deve-se destacar, contudo, que na maioria das vezes as amigas são tão desinformadas quanto a adolescente que busca ajuda, e que os livros e revistas nem sempre estão acessíveis ou livres de normatizações e padronizações das condutas sexuais. Com isso, o não dito abre espaço para o mito e com ele o medo e a vergonha. A desinformação favorece a desproteção e a falta de autonomia frente ao seu próprio corpo.

Denunciar que possui um corpo composto por líquidos considerados indesejados seria aceitar um corpo primitivo e irracional (Elias, 1992). Assim, as meninas compreendem a menstruação como algo ruim, que causa cólica, que as fazem ficar sujas. Daí a necessidade de vários banhos, trocas de absorventes, lavagem das mãos, uso de várias roupas sobrepostas, ou mesmo outros cuidados especiais, frutos de mitos culturais, como não molhar a cabeça, não comer tamarindo ou não beijar na boca – pois no período menstrual seria possível sentir o gosto de sangue no beijo.

Mesmo fora do período menstrual, o corpo sexualizado da mulher precisa ser limpo. Daí a prescrição de sabonetes especiais e a depilação para as partes íntimas. O corpo sexualizado da



mulher é denunciado pelas secreções vaginais, que assim como a menstruação é vista como sujeira ou considerada sempre como corrimento – doença. Daí a necessidade do constante asseio.

Nestas falas é possível perceber algumas vozes da cultura cristã que constrém a imagem da mulher associada ao pecado/impureza. Segundo Silva (2007), a *noção de corpo feminino impuro passa da Antiguidade para o cristianismo, sendo também associada ao sangramento menstrual e puerperal* (p. 461).

Assim, o asseio tem função muito mais de purificação do corpo do que de cuidado com o mesmo. Isto porque, esse mesmo corpo que precisa ser limpo, não parece precisar de outros cuidados frente as DST/AIDS ou gravidez não planejada, nem mesmo frente aos incômodos provocados pela menstruação.

Não é citada nenhuma estratégia de evitar a cólicas, como o uso de medicamentos específicos ou de compressas; nem de diminuição do fluxo, com o uso de absorvente interno. Muito menos são citadas formas mais confortáveis para a mulher transar menstruada, aparecendo apenas em algumas rodas a possibilidade/legitimidade disso acontecer.

Ainda no campo dos direitos sexuais, a depilação é a única dimensão do cuidado com o corpo que surge trazendo alguma eroticidade, pois além de promover a higiene, torna a área genital (tanto da mulher quanto do homem) mais ou menos atrativa, de acordo com as diferentes predileções sexuais.

No campo dos direitos reprodutivos, o desconhecimento sobre o aparelho reprodutor repercute na habilidade das jovens em se prevenir de uma gravidez não planejada. Numa determinada roda foi possível evidenciar o desenrolar de uma longa conversa sobre risco de gravidez, sem que nenhuma menina considerasse, além do uso do preservativo, nenhum outro método de prevenção (seja de barreira ou hormonal).

Aprendendo com as rodas:

As rodas de conversas ofereceram espaço de fala para as adolescentes sobre assuntos até antes proibidos, permitindo a desconstrução de dúvidas e mitos e a socialização de medos e anseios. Elas se configuraram como uma rica estratégia de produção dialógica entre as adolescentes, o grupo de pesquisa e as agentes comunitárias de saúde envolvidas no processo. Estes espaços foram importantes para o estabelecimento de novas modalidades de cuidado em saúde sexual e reprodutiva com adolescentes, ao ser assumida uma postura mais dialógica e menos normativa.



Paiva (2002), assumindo a perspectiva da educação libertadora de Paulo Freire (1970; 1996), compreende-se que o conhecimento quando é imposto e não proposto, depositado ao invés de construído e compartilhado, não é possível a formação de sujeitos-cidadãos críticos, autônomos e responsáveis por sua própria saúde e bem-estar.

Para essa autora, os sujeitos não devem ser vistos como meros consumidores de “*informações definidas como relevantes pelo educador (produtor)*” (p. 7). Prescrever recomendações sem considerar o contexto sócio-histórico-cultural e psicológico dos sujeitos é totalmente ineficaz.

Para Parker (2000), é necessário que os jovens possam falar em nome próprio, expressando suas experiências com suas próprias palavras, gestos, sentidos e significados. Antunes et al (1997) ressaltam que intervenções no campo dos direitos sexuais e reprodutivos precisa abordar além dos aspectos sobre o corpo humano e suas mudanças biológicas, a sexualidade das adolescentes. Conhecer como as adolescentes vivenciam sua sexualidade e quais os mitos e tabus envolvidos é fundamental para que o diálogo entre adolescentes e profissionais possa acontecer de forma aberta e franca.

Assim, as rodas de conversas se apresentam como essa possibilidade de encontro entre as adolescentes e seus cuidadores. Espaços de negociação e não de normatização; de acolhimento e não de controle; de produção de prazer e não de higienização - em busca da produção da consciência crítica e autonomia das adolescentes frente as suas experiências afetivo-sexuais.

Reconhecendo a correlação saber-poder, compreende-se que as rodas de conversas, enquanto espaço de fala, são dispositivos de empoderamento das adolescentes sobre ao seu corpo. Ao mesmo tempo, acredita-se que a possibilidade de reflexão crítica sobre suas experiências corpóreas e afetivo-sexuais permitem às adolescentes maior resistência frente aos dispositivos normalizadores e controladores dos corpos institucionalizados a partir da cultura moderna, instrumentalizando-as para o exercício de uma sexualidade prazerosa e segura.

Referências

ANTUNES M. C.; STALL R.; HEARS N.; PAIVA V.; PERES C. A.; PAUL J.; HUDES M. Avaliação de um Programa de Prevenção da AIDS entre jovens de Escolas Públicas Noturnas de São Paulo. Original publicado na revista: **AIDS**, v. 11, sup 1, London, setembro de 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70. 1994.

ELIAS, N. **A busca de excitação**. Lisboa: Difel, 1992.



- FOUCAULT, M. **Historia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora graal, 1985.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 33ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1970.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HARVEY, D. A. **condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- LACLAU, E. **New reflections on the resolution of our time**. Londres: Verso, 1990.
- MIGUEL, R. B. P.; TONELI, M. J. F. Adolescência, sexualidade e mídia: uma breve revisão da literatura nacional e internacional. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 12, n. 2, Aug. 2007 .
- PAIVA, V. Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/AIDS e o processo de emancipação psicossocial. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, 6, 2002, 25-38.
- PARKER, R. **Na contramão da Aids: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
- PETCHESKY, R. P. Direitos Sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Orgs.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 15-38.
- SILVA M. A., MANDÚ E. N. T. Idéias cristãs frente ao corpo, à sexualidade e contracepção: implicações para o trabalho educativo. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, 2007 dez; v. 28 n.4, p. 459-64
- RODRIGUES, F. X. F. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 260-299.
- VILLELA W. V., ARILHA, M., Sexualidade Gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In BERQUÓ E. (org) **Sexo e Vida: Panorama da saúde reprodutiva no Brasil**, Campinas-SP: Ed da UNICAMP, 2003.